

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís e Rafael Motta
E-mail cidades@tribuna.com.br
Telefone 2102-7157

CIDADES

Plano de mobilidade usa ferramentas de tecnologia

O objetivo é identificar hábitos de deslocamento no transporte coletivo e no individual

ARMINDA AUGUSTO

DA REDAÇÃO

Pela primeira vez na região, ferramentas de tecnologia estão sendo utilizadas para identificar a origem e o destino dos moradores em seus deslocamentos diários, tanto em transporte coletivo, como individual. Esses dados servirão para compor o Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista, que vem sendo elaborado pela Agência Metropolitana da região (Agem) com recursos da União Europeia.

Técnicos e especialistas contratados para elaborar o plano se valerem de ferramentas como a bilhetagem eletrônica dos ônibus municipais e intermunicipais e também de dados da telefonia celular para saber de onde partem e onde chegam os moradores da região.

No transporte coletivo, foram cruzados os momentos em que o passageiro passa o cartão de transporte e a localização, via satélite, dos ônibus. Algoritmos serviram para calcular o momento e o ponto do desembarque.

No transporte individual, os dados, que não têm identificação pessoal, vieram das antenas de telefonia celular, indicando a movimentação das pessoas no perímetro urbano, com suas respectivas rotas, ponto de partida e chegada. "Tivemos a colaboração tanto das empresas de transporte urbano dos municípios, como da EMTU, e das operadoras de telefonia", diz Arlindo Fernandes, da Oficina Consultores, uma das empresas contratadas para a elaboração do plano.

O detalhamento do plano, o que já foi feito até aqui e os próximos passos foram apresentados pela Agem na última quinta-feira, de forma virtual, com a participação de todos os nove municípios, os representantes da União Europeia e os técnicos envolvidos no trabalho de coleta de dados e formatação de propostas. Também participaram representantes da sociedade, que puderam fazer perguntas e dar sugestões.



No transporte individual, dados vieram das antenas de telefonia celular para indicar os deslocamentos

VERBA

Para elaborar o Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística, a Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) conta com 500 mil euros (cerca de R\$ 3 milhões), que vieram do programa Euroclima Mais, da União Europeia (UE). Além da região, apenas a cidade de Teresina (PI) recebeu verbas da UE para formatar planos de mobilidade sustentável.

O objetivo é apresentar o plano metropolitano até o final do ano, com o diagnóstico completo dos hábitos de deslocamento, os gargalos viários, a indicação de eventuais obras necessárias e políticas públicas que precisam ser desenvolvidas nos próximos anos, não só para minimizar os impactos ambientais, como dar maior fluidez ao tráfego.

RECURSOS

Para elaborar o plano, a Agem conta com 500 mil euros (cerca de R\$ 3 milhões) que vieram do programa Euroclima Mais, da União Europeia, uma ini-

ciativa que fomenta programas na América Latina e Caribe com o objetivo de estimular ações que minimizem os impactos ambientais futuros decorrentes das mudanças climáticas.

"A União Europeia entende que a mobilidade urbana é um dos vetores mais fortes de impacto no clima, e por isso investe em programas que tenham esse foco", explicou Alexander Kühl, adido de Cooperação da Delegacia da União Europeia no Brasil.

Os recursos da UE, assim como as licitações para contratação das empresas, estão sendo geridos pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Além de atualizar os dados de origem e destino dos moradores da região, também foram coletadas informações por meio de entrevistas de campo. Foram aplicados questionários em 11.400 usuários do transporte coletivo, em 29 linhas que cobrem as principais ligações na região. Além disso, 1.126 ciclistas foram abordados em 24 locais na malha cicloviária da Baixa-

da Santista. "Queremos saber seus hábitos, queixas, itinerários e pontos falhos", disse Arlindo em sua apresentação.

FACTO REGIONAL

É o que garantirá a aplicação e eficácia dos resultados do plano na mobilidade da Baixada Santista?

Marcio Quedinho, diretor técnico da Agem, explica: "Não podemos obrigar os municípios a fazerem isto ou aquilo, mas é preciso a consciência coletiva de que uma ação integrada e de longo prazo depende de todos: gestores municipais, Estado e União".

Quedinho diz, também, que o plano apontará caminhos para garantir a mobilidade sustentável e que parte dessas providências demandará recursos. "Vamos atrás desses recursos para viabilizar o que for necessário. A União Europeia também dispõe de linhas de crédito para isso".

Além da Baixada Santista, apenas a cidade de Teresina (PI) recebeu verbas da UE para formatar planos de mobilidade sustentável.

Usuários se queixam e apontam problemas

Desigualdade de tratamento entre os bairros próximos à praia e os mais afastados, congestionamento das vias na época de temporada, baixo emprego da tecnologia para auxiliar os usuários de transporte público, falta de integração entre os diversos modos de transporte e falta de sentimento metropolitano para resolver os problemas.

Essas foram algumas das queixas apresentadas pelos moradores da região nas 16 escutas setoriais feitas em todos os municípios. Uma síntese desses resultados também foi apresentada na quinta-feira. As escutas são parte do trabalho de elaboração do plano.

"Se queremos um plano de mobilidade urbana que seja duradouro e eficaz, que funcione de verdade, é preciso ouvir as pessoas que moram na região", disse a socióloga Cristina Borges, pesquisadora em Mobilidade Urbana da Oficina Consultores, uma das empresas contratadas pela Agência Francesa de Desenvolvimento. "A mobilidade é um meio para se chegar a um fim, e o fim é a melhor qualidade de vida", disse.

ANDARA PÉ

Nas escutas, queixas consideradas relevantes pelos técnicos foram apontadas. Entre elas, a falta de atenção com o pedestre, demonstrada em calçadas mal cuidadas, buracos, falta

de sinalização adequada, falta de respeito por parte dos motoristas, baixa iluminação nas ruas.

Os relatos incluíram ainda a falta de percepção, das autoridades, de que a bicicleta é um meio de transporte para muitas pessoas. "E essa queixa veio pela percepção de que faltam ciclovias que se integrem entre os municípios, outras estão mal cuidadas e falta intermodalidade entre as bicicletas e os demais meios de transporte", disse Cristina.

MOBILIDADE E GÊNERO

Outra parte das escutas teve como foco as questões de gênero, para identificar como a mobilidade impacta as mulheres, por exemplo. "Já sabemos, por outras pesquisas, que o tempo de deslocamento impacta de forma diferente homens e mulheres, porque as mulheres têm uma dinâmica cotidiana distinta, que inclui cuidar de casa, dos filhos, trabalhar", explicou Haydee Svab, engenheira da Oficina Consultores, responsável por compilar as informações.

Ela apontou os relatos de insegurança e assédio experimentados pelas mulheres tanto dentro dos coletivos, como nos pontos de ônibus. "Falar em mobilidade não é só pensar no transporte, mas em toda a infraestrutura, segurança, pontualidade e limpeza".



Falta de integração entre as ciclovias da região é um desafio



Em Santos, média mensal de passageiros nos ônibus tem diminuído

Conta do transporte público não fecha

Um dos principais desafios apontados pelos gestores municipais é como fazer o equilíbrio financeiro do transporte público. A chegada dos aplicativos, a pandemia e a opção por modais mais baratos – como motocicletas e bicicletas – têm feito cair o número de usuários pagantes nos ônibus coletivos.

Em Santos, de 2019 para 2021, a média mensal de passageiros caiu de 3 milhões para 1 milhão. Para evitar o aumento da tarifa,

a Prefeitura de Santos vem subsidiando o transporte público desde agosto do ano passado, bancando R\$ 800 mil das despesas.

Antônio Carlos Silva Gonçalves, presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos), aponta esse como um dos principais desafios do Plano Regional de Mobilidade Urbana. "Não é um problema exclusivo de Santos, mas de todo o País".

A tarifa em Santos é revista uma vez por ano, sem-

pre em janeiro, mas ainda não há uma definição sobre eventual aumento.

A conta é feita com base nos últimos 12 meses, contabilizando o total de usuários e de despesas. Além da queda de passageiros verificada nos últimos anos, os custos aumentaram, como combustível e demais insumos.

Outra questão que impacta é o peso da gratuidade decorrente da isenção tarifária. Antônio Carlos prevê que, ainda este ano,

algumas mudanças precisarão ser debatidas, como a integração mais próxima entre as linhas exclusivamente municipais e as operadas pela EMTU, de transporte metropolitano.

Algumas acabam fazendo os mesmos trajetos dentro de Santos. Segundo o presidente da CET, a sobreposição de linhas prejudica a busca pelo equilíbrio financeiro e impacta a mobilidade dentro do perímetro urbano.